RECEITA DE UMA BRIGA EXPLOSIVA - II

Greve da Receita pode comprometer meta fiscal

Alerta foi feito pelo presidente do Sindifisco, em entrevista ao Correio

Por Gabriela Gallo

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Barreirinhas e Haddad: greve da Receita pode comprometer esforço fiscal do governo

Como detalhado pelo Correio da Manhã, em plena época de declaração de Imposto de Renda segue a greve dos auditores-fiscais da Receita Federal. Pouco após o anúncio das alterações do cálculo do bônus de eficiência de auditores fiscais, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), encaminhou ao secretário especial da Receita Federal, que também é Coordenador do Comitê Gestor do Programa de Produtividade, Robson Barreirinhas, um ofício solicitando a revogação das resoluções nº 7 e nº 8, que alteram o cálculo do bônus.

O ofício, assinado na última sexta-feira (2), ainda solicita o retorno à metodologia anterior de cálculo do benefício e também reitera a espera na "abertura de mesa de negociação para discutir critérios transparentes e democráticos para futuras alterações, especialmente no que se refere a criação de novos indicadores".

Na véspera do feriado do Dia do Trabalho, 30 de abril, o Comitê Gestor do Programa de Produtividade da Receita Federal do Brasil, vinculado ao Ministério da Fazenda, anunciou alterações no cálculo do bônus de eficiência para auditores fiscais. O comitê é composto por representantes da Receita, do Ministério da Fazenda, do próprio MGI e da Casa Civil. Antes, o teto do Bônus Mensal de Eficiência dos auditores fiscais era de R$ 7 mil. Com as mudanças anunciadas, o teto do bônus mensal passa a ser de R$ 6,3 mil, uma perda de 10% (R$ 700) para a categoria.

Em conversa com o Correio da Manhã, o presidente do Sindifisco Nacional, Dão Real Pereira dos Santos, informou que a greve dos auditores-fiscais segue até que os representantes do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) se reúnam com representantes do Sindifisco Nacional e apresentem "alguma contraproposta em relação aos pleitos dos auditores" que seja aprovada em assembleia geral pela categoria. "Nós estamos há cinco meses em greve e não tivemos ainda nenhuma oportunidade de analisar nenhuma proposta que o governo tenha apresentado", disse Dão Real.

Equilíbrio fiscal

Ele ainda destacou que está confiante de que a categoria chegará a um acordo com o MGI e com o Ministério da Fazenda, para resolverem o embate, especialmente porque o governo federal tem o interesse de cumprir o compromisso de equilíbrio fiscal. O caso já chegou para análise no Palácio do Planalto.

"Nós contamos que o governo consiga o mais rapidamente possível nos apresentar uma proposta. Também pelo aspecto de que os primeiros quatro meses do ano ficaram comprometidos em termos de planejamento de trabalho, atividades de fiscalização, controle aduaneiro. Uma série de trabalhos estão represados, inclusive a própria declaração do Imposto de Renda daqui a pouco pode ter problemas", reiterou para a reportagem.

"E, se demorar muito para resolver, dificilmente vamos recuperar esse tempo perdido. E não conseguindo recuperar esse tempo perdido, pode-se colocar em risco o compromisso de meta fiscal até o final do ano. O orçamento que foi aprovado é um orçamento muito apertado, um orçamento de deficit zero. Para ele ser cumprido é preciso um grande esforço da própria Receita Federal no sentido de garantir a arrecadação necessária para esse orçamento", destacou o presidente do Sindifisco.

Entenda

Em 2016, no final do governo de Dilma Rousseff (PT), foi convertido o Termo de Acordo nº 03/2016, que posteriormente foi convertido na Lei nº 13.464/2017, que instituiu o Programa de Produtividade da Receita Federal do Brasil e o Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira. Contudo, o programa ficou sete anos sem ser regulamentado. Em 2023, no primeiro ano da terceira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ele assinou um decreto regulamentando o programa, mas ele foi implementado de fato em janeiro de 2024.

"No próprio acordo, ficou consignado de que aquele acordo era só para regulamentar a lei de 2017 e que não tinha nada a ver com os pleitos de posição inflacionária do salário. Em abril [de 2024], fizemos um novo acordo com o MGI que apresentou uma proposta e nós aceitamos. A proposta foi no sentido de que em 2024 não teríamos nenhum reajuste, mas que para 2025 e 2026 seria negociado numa mesa específica e temporária [um reajuste salarial para a categoria]", detalhou o presidente do Sindifisco.

"Esse foi o mesmo acordo, nos mesmos termos, que ele fez com todas as demais carreiras do serviço público. O ministério cumpriu esse acordo em relação a todos os servidores públicos, só não cumpriu em relação à Receita Federal. E não cumpriu porque a partir do segundo semestre de 2024, o MGI passou a alegar que teria nos atendido na regulamentação da parcela variável [o bônus de eficiência]", completou Dão Reis.

Reprodução/YouTube

Dão Real confia que governo terá sensibilidade

> "Nós contamos que o governo consiga nos apresentar uma proposta"
>
> Dão Real

O auditor fiscal se refere ao Termo de Compromisso Nº 01/2024 do MGI, assinado por diversos sindicatos e entidades do serviço público federal. O acordo apresentou reajustes no auxílio-alimentação (de R$ 658 para R$ 1.000), auxílio-creche (de R$ 321 para R$ 484,90) e reajuste de 51% no per-capta da Saúde Suplementar. O acordo foi firmado para diversas categorias do funcionalismo público e os servidores da Receita Federal consideraram o reajuste insuficiente para atender aos 28% de defasagem salarial dos últimos anos, considerando a inflação.

Descumprimento

Segundo o Sindireceita (Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil), em janeiro de 2024, a categoria apresentou uma contraproposta ao Ministério de Gestão e Inovação postulando em uma equiparação dos benefícios com servidores do Legislativo e Judiciário – os quais receberam um aumento de 18% escalonado em três anos (2023, 2024 e 2025) – além de reivindicar uma recomposição salarial justa. Durante a Mesa de Negociação em fevereiro do mesmo ano, o MGI negou. Em abril do mesmo ano, o MGI apresentou a proposta que culminou no Termo de Compromisso 01/2024.

A cláusula segunda do Termo de Compromisso Nº 01/2024 determina que "as negociações relativas à reestruturação de carreiras e reajustes de remuneração ocorrerão no âmbito das Mesas Específicas e Temporárias, devendo ser instaladas até o mês de julho de 2024".

Contudo, em 26 de junho de 2024, o presidente do Sindireceita, Thales Freitas Alves, protocolou um ofício ao Secretário de Gestão de Pessoas e de Relações de Trabalho, José Lopez Feijóo, solicitando uma data para abrir a Mesa Específica com o sindicato para discutir sobre reajustes salariais para a categoria. Dois dias depois, em 28 de junho de 2024, o Diretor de Relações de Trabalho no Serviço Público (do MGI), Mário dos Santos Barbosa, respondeu que não havia com o "que se falar em abertura de Mesa para esse sindicato". O Ministério considerou que o bônus de eficiência pago à categoria já poderia ser enquadrado como um reajuste.

"O MGI tem alegado que por conta de uma regularização, de uma parte parcela variável da remuneração, que a gente não teria mais direito a fazer nenhuma negociação. É uma alegação infundada, porque de fato a gente fez uma regulamentação junto com o MGI e junto com o Ministério da Fazenda do bônus de eficiência", disse o presidente do Sindifisco.

"Esta parcela, ela não atende integralmente aos aposentados, é uma parcela de bônus de eficiência, é só uma remuneração variável para aumentar a produtividade no trabalho na Receita Federal", ele completou.

Joédson Alves/Agência Brasil

Greve pode comprometer entrega do Imposto de Renda